



93
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0331073-2

COMARCA: Goiana

APELANTE: J. Bartolomeu S. Carneiro Leão

APELADO: Município de Goiana

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA CONTRA MUNICÍPIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO FORNECIMENTO DE MATERIAL. APELO IMPROVIDO. 1. Os documentos acostados aos autos não constituem evidência suficiente a se concluir, no contexto da controvérsia, pela entrega das mercadorias objeto da cobrança, referentes ao contrato de nº 207/2004. 2. Com efeito, o contrato nº 207/2004 e a nota fiscal nº 0468 não se afiguram, no caso vertente, como documentos hábeis a legitimar o pleito de cobrança. 3. Ressalte-se que caberia ao autor/apelante fazer prova da entrega da mercadoria contratada, pelo que a sua omissão nesse mister implica na improcedência do pedido. 4. Deveras, não há nos autos elemento de prova suficiente a se concluir que o material tenha sido entregue e recebido pelo Município. 5. É certo que a defesa oferecida pelo Município limitou-se a afirmar que a dívida foi paga. 6. Todavia, não se produzem, contra a Fazenda Pública, os efeitos da revelia, na esteira da diretriz contida no art. 320, II, do Código de Processo Civil. 7. Apelo improvido, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0331073-2, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 24 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0331073-2
COMARCA: Goiana
APELANTE: J. Bartolomeu S. Carneiro Leão
APELADO: Município de Goiana
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Goiana, que, nos autos da Ação Ordinária de Cobrança NPU 2310-76.2009.8.17.0660, julgou **improcedente** a pretensão ali deduzida, extinguindo o processo com resolução do mérito, na forma do art. 269, I do CPC, nos seguintes termos:

“Passo à análise do mérito da demanda.

O Autor juntou à prefacial apenas um contrato de prestação de serviços de material de construção e emissão de uma nota fiscal respectiva.

A emissão da nota, por si só, não comprova que as mercadorias ali constantes foram entregues ao Município, não podendo haver a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo Autor.

Na esteira dos acontecimentos, não poderia o Autor deixar de comprovar a existência da legalidade do contrato, o fornecimento das mercadorias e o recebimento destas pelo Ente Público.

Não restaram comprovados, quer através de depoimentos, quer de testemunhos, a dívida proclamada.

Ante ao exposto e por tudo o que dos autos constam, entendendo estar ausentes os requisitos determinantes da tutela jurisdicional, rejeito a alegação de prescrição e **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido formulado por **J. BARTOLOMEU S. CARNEIRO LEÃO**, o que faço com arrimo nas disposições acima articuladas e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC.

Sem custas, nem honorários sucumbenciais”. (conf. fls.53/56)

Na ação em tela, a empresa autora alegou ter sido inicialmente contratada pelo Município de Goiana para fornecer materiais de construção no valor de R\$ 106.437,42 (cento e seis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e quarenta e dois centavos).

Sustenta, outrossim, que em 09/11/2004 cumpriu parte do contrato, entregando ao Município material de construção no valor R\$ 21.456,38 (vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos), sem, no entanto, ter recebido o pagamento correspondente.

Ao final, requereu a procedência da ação e a condenação do Município ao pagamento do débito que atualizado, até aquela data, coprespndia ao valor de R\$ 48.460,79 (quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta reais e setenta e nove centavos).

Sobreveio a sentença de improcedência de fls.53/56.

89
cag



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Irresignada, a parte autora apelou (fls. 57/64), sustentando, em síntese, que: (i) o Município em nenhum momento negou a existência da dívida, nem alegou descumprimento contratual, tendo se limitado a afirmar que a mesma foi paga; e (ii) caberia ao Município fazer prova do cumprimento da obrigação que reconheceu existir.

Pugna, assim, pelo provimento do recurso, coma reforma da sentença, a fim de se julgar procedente a demanda.

Não houve contrarrazões por parte do Município.

A douta Procuradoria de Justiça absteve-se de intervir no feito.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 22 de abril de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0331073-2
COMARCA: Goiana
APELANTE: J. Bartolomeu S. Carneiro Leão
APELADO: Município de Goiana
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antedito, cuida-se de apelação cível interposta por J. Bartolomeu S. Carneiro Leão contra sentença que julgou improcedente o pedido da empresa autora, formulado nos autos de Ação de Cobrança.

No apelo, a parte autora sustenta, em síntese, que: (i) o Município em nenhum momento negou a existência da dívida, nem alegou descumprimento contratual, tendo se limitado a afirmar que a mesma foi paga; e (ii) caberia ao Município fazer prova do cumprimento da obrigação que reconheceu existir.

Penso que a sentença não merece ser reforma.

Isso porque, conforme decidido na sentença, os documentos acostados aos autos não constituem evidência suficiente a se concluir, no contexto da controvérsia, pela entrega das mercadorias objeto da cobrança, referentes ao contrato de nº 207/2004.

Com efeito, o contrato nº 207/2004 (fls.06/09) e a nota fiscal nº 0468, não se afiguram, no caso vertente, como documentos hábeis a legitimar o pleito de cobrança.

Sobremodo porque a empresa-apelante não logrou demonstrar a efetiva entrega da mercadoria.

Dessa forma, o conjunto probatório dos autos não conduz à conclusão de que a entrega foi efetivamente feita, visto que apenas a nota fiscal destinada ao município não tem o condão de confirmar o fornecimento, em si, das mercadorias nela retratadas, sobretudo quando não há nenhuma assinatura de recebimento.

Ressalte-se, em seqüência, que, caberia ao autor/apelante fazer prova da entrega da mercadoria contratada, referente ao contrato de nº 207/2004, pelo que a sua omissão nesse mister implica na improcedência do pedido.

Isso porque *"o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito"*, segundo preceitua o artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil.

Nessa medida, não há nos autos elemento de prova suficiente a se concluir que o material tenha sido entregue e recebido pelo Município.

Portanto, a J. Bartolomeu S. Carneiro Leão não se desincumbiu do ônus da prova quanto ao fato constitutivo do direito.



95
2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

É certo que a defesa oferecida pelo Município limitou-se a afirmar que a dívida foi paga.

Todavia, tenho que não se produzem, contra a Fazenda Pública, os efeitos da revelia em casos que tais, na esteira da diretriz contida no art. 320, II, do Código de Processo Civil.

Assim, neste específico caso, apenas o contrato nº 207/2004 (fls.06/09) e a nota fiscal nº 0468 não consubstanciam elementos de prova suficientes à demonstração da efetiva da entrega da mercadoria.

Deste modo, não há o que modificar na sentença de primeiro grau.

Ante o exposto, **nego provimento à apelação cível.**

Recife, 29 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello

Relator